

Uma Reflexão sobre as Referências Familiares de Crianças e Adolescentes do Projeto Oficina do Saber

Amanda Cristina Targino Vieira¹

Nilza Rogéria de Andrade Nunes²

Resumo:

Trabalhar o conceito “família” tem sido um grande desafio por suas múltiplas contradições na história da sociedade, pois é uma instituição em constante transformação. Focalizar o estudo sobre a família requer uma ampla compreensão histórica, de acordo com suas especificidades. O presente artigo tem como proposta analisar as referências conceituais e as abordagens preferenciais para a intervenção com família, além de apresentar como estudo de caso, como se dá essa representação no Projeto Oficina do Saber na ONG CEACA-VILA, no Rio de Janeiro.

Palavras-chaves: Família, Criança e Adolescente.

A Reflection On The References Of Family Teens Know Design Wo

Abstract:

As an institution in constant transformation, working with the concept of "family" has been a major challenge for its multiple contradictions in the history of society. Focus the study of the family requires a broad historical understanding, according to their specificities. This article aims to analyze the conceptual references and preferred approaches of intervention with the family and presents as a case, how its representation occurs in the Project Aknowledge Workshop at NGO CEACA-VILA, in Rio de Janeiro.

Keywords: Family, Children and Teenagers.

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Veiga de Almeida do Rio de Janeiro – email: targino_amanda@hotmail.com

² Assistente Social, mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (UFRJ), doutoranda em Serviço Social (PUC-RIO), professora do Departamento de Serviço Social (PUC-RIO e UVA); coordenadora técnica do Centro de Promoção da Saúde – CEDAPS - email: rogeria.cedaps@gmail.com.

Introdução:

Este artigo busca contribuir para uma reflexão mais ampla sobre o conceito de família, sabemos que a noção mais generalizada de família encontra-se ligada à ideia de um grupo, formado por um casal e seus filhos (família nuclear), tratando a família como uma concepção natural e universal, vista como uma relação sempre existente e a-histórica. Entretanto, a família é uma construção social, uma instituição e por isso, é preciso ter uma visão crítica para compreendê-la desnaturalizando-a e analisando a família na perspectiva sócio-histórica, ou seja, observá-la em suas constituições nas diferentes épocas da história e nos diferentes locais.

Minha motivação para estudar tal tema surgiu quando por meio do campo de estágio passei a ter contato com as crianças e adolescentes do Projeto Oficina do saber na ONG Centro Educacional de Ação Comunitária da Criança e do Adolescente Lídia dos Santos CEACA-VILA, Rio de Janeiro, fazendo atendimento às suas famílias, quando, em alguns momentos, me flagrei na busca modelo padrão de família (pai, mãe e seus filhos), família nuclear.

A partir disso, inicialmente faremos uma breve contextualização da família e sua passagem para modernidade, que nos diferentes períodos e locais da história se apresentou com diferentes estruturas. Na sequência abordaremos o conceito de família e as novas configurações, buscando compreender suas modificações na atual conjuntura da sociedade contemporânea. Por fim, traremos uma representação de como a família está organizada na atualidade, partir da pesquisa realizada com as famílias das crianças e adolescentes do Projeto Oficina do Saber.

1 Breve uma e histórico do conceito de família

Ao promover uma pesquisa na França, no período da Idade Média até a Modernidade, (ARIÈS, 1981) tornou-se referência no tema família e apontou alguns caminhos para se pensar a família não mais por critérios naturalistas e universalizantes, mas referenciada por contextos históricos, sociais, culturais, econômicos e políticos.

Em sua pesquisa o autor afirma que até o séc. XVII, a vida era voltada para o espaço público, o que não favorecia o lugar da intimidade e do privado. Ou seja, a vida social não possibilitava assim lugar reservado para a família, que nesse momento não existia como sentimento ou valor. Ainda de acordo com autor a família sempre existiu

em diversas formas e nos diferentes contextos históricos. As contribuições de Ariès são especialmente importantes para se levar a pensar a historicidade dos processos familiares. (RIBEIRO, 2011)

“Ao analisar a história social da criança e da família, o autor situa o surgimento do sentimento da infância no contexto que se exprime o “sentimento da família”. (ARIÈS, 1981) privilegia a criança como foco da investigação, mas indica-nos que, assim como a noção de infância foi historicamente constituída, as concepções de matrimônio, paternidade, maternidade, a relação entre irmãos, o sentimento de pertencimento resultante do “sentimento de família”, enfim, qualquer significado atribuído às relações familiares está marcado pelo contexto econômico-cultural de uma sociedade em um momento histórico determinado”. (ARIÈS apud RIBEIRO, 2011p. 20).

Nesse processo é que surge a família moderna, que separada do mundo público, passa a valorizar o grupo solitário dos pais e filhos. Assim, “toda atenção do grupo é consumida na promoção das crianças, cada uma em particular, e sem nenhuma ambição coletiva: as crianças mais do que a família” (ARIÈS, 1981, p.189).

Tendo tal fenômeno se iniciado na aristocracia ou burguesia, com os artesãos e comerciantes, apenas no século XVIII é que o sentimento de família se estendeu para as outras camadas sociais, ressaltando as diferenças desses processos nas realidades sociais e econômicas da época, como se percebe ainda hoje.

É a partir da sua interação com o mundo externo que família passa a sofrer fortes influências políticas, econômicas, sociais e culturais, ocasionando mudanças nos papéis e nas relações, alterando sua estrutura no que diz respeito à composição familiar. A instituição familiar é flexível e vem se ajustando as novas exigências da sociedade moderna tem conseguido sobreviver a intensas crises sociais, pois ela continua sendo a matriz mais importante do desenvolvimento humano. (SAMARA, 1987).

1.1 Mudanças históricas na família e no contexto brasileiro

No Brasil a forma de organização da família brasileira resultou da adaptação do modelo de família trazida pelos portugueses nos primeiros séculos de colonização.

Ao promover estudos em 1933, Gilberto Freire relatou a história da sociedade brasileira no período de colonização, explicitando como a nossa família, tanto no campo como na cidade, formou-se a partir do regime patriarcal e sob a influência da miscigenação de três culturas: indígena, europeia e africana. (COSTA, 2006).

Ainda segundo pensamento do autor supracitado, nesse contexto desenvolveu-se uma estrutura social em que a família funcionava como um núcleo composto pelo chefe da família (patriarca), sua mulher, filhos e netos, que eram os representantes principais; e um núcleo de membros considerados secundários, formado por filhos ilegítimos (bastardos) ou de criação, parentes, afilhados, serviçais, amigos, agregados e escravos.

No comando, tanto do grupo principal como do secundário, estava o patriarca responsável por cuidar dos negócios e defender a honra da família, exercendo autoridade sobre toda parentela e demais dependentes que estivessem sob sua influência. A casa funcionava como uma pequena unidade de produção, servindo à satisfação das necessidades dos seus membros e favorecendo, em grande parte, o isolamento dos mesmos. Não havia o sentimento de intimidade ou privacidade familiar. (COSTA, 2006).

Com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, houve uma brusca mudança o monopólio da família patriarcal rural- latifundiária e escravagista é posto em questão. Com a instalação da família real, acelerou o processo de urbanização da cidade, a população aumentou trazendo novas formas de sociabilidade, hábitos e costumes. O modelo de família trazida da Europa foi implementado no Brasil e criou uma sociedade com características bem diferentes da atual. (NADER, 2011).

A família burguesa tinha seu núcleo formado por pai, mãe e filhos, dando origem à família nuclear. Era organizada hierarquicamente por uma rígida divisão de papéis, onde o homem era responsável pelo sustento da família e a esposa pela educação dos filhos e o cuidado com lar. (COSTA, 2006, NADER, 2011).

Samara, (1987) afirma que em estudos e pesquisas mais recentes têm tornado evidente que as famílias extensa do tipo patriarcal não foram predominante. “No sul do país nos séculos XVIII e XIX eram mais comuns às famílias com estruturas mais simplificadas e menor número de componente, ou seja, o modelo da família patriarcal extensa, descrita por Gilberto Freyre, em Casa Grande e Senzala, não pode ser tomado como único modelo predominante no Brasil Colônia”. (SAMARA, 1987, p 30).

Segundo autora:

“o que se percebe nesse período é que os diferentes segmentos que compunha a sociedade encontraram formas diversas na organização. Essa pluralidade de modelos revela-se, por exemplo, ao tentar compor um quadro geral da família paulista no início do século XIX, no qual consta-se que as “extensas” ou do “tipo patriarcal” não chegavam a representar 26% dos domicílios. E nos demais, ou seja, 74% das casas, predominavam outras formas

de composição, o que significa que as famílias extensas eram representativa apenas de um segmento minoritário da população”. (SAMARA,1987 p.31),

De acordo com Zacaron (2004 p.2), “a intimidade veio ser valorizada pela chegada da família real ao Brasil, revolucionando o modo e os padrões de sociabilidade da época e posteriormente, por meio dos “dispositivos normalizadores” utilizados pelo Estado no processo de urbanização”. As transformações ocorridas na sociedade brasileira nos anos que seguiram à vinda da corte brasileira para o Rio de Janeiro vai favorecer o surgimento de condições para o crescimento e dinamização sócio-política-econômica da cidade.

As transformações permitiam que setores específicos da sociedade tivessem acesso a ideias e práticas ligadas ao avanço do capitalismo. Entre esses setores teve um destaque o dos médicos higienistas. Da Faculdade de Medicina partia um movimento de reforma da vida das populações urbanas. Tal movimento imprimia-se uma direção para “modernização” da sociedade submetendo os sujeitos a “novos” comportamentos. (GONÇALVES,1987)

Ainda de acordo com a autora supracitada quebrava-se o monopólio colonial, naquilo que ele representava de “arcaísmo” e buscava-se o direito de passagem para o mundo mais “civilizado”. A cidade, no que dizia respeito aos segmentos médio e alto, ia adquirindo ares mais cosmopolitas. Coube aos médicos higienistas fazerem o trabalho de adaptação de o modelo nuclear burguês à família brasileira. As ideias higienistas vieram contribuir para o controle do ambiente familiar. A medicina visava à formulação de um projeto de higiene que apontava para uma maior racionalidade no cuidado com a população. (GONÇALVES, 1987, ZACARON, 2004).

Ao teorizar sobre a problemática da higiene, os médicos da época instalava uma discussão onde visava à manifestação de conceitos, práticas e políticas de caráter amplo, ligado a uma ordem, a das modernas sociedades capitalistas. De acordo com (GONÇALVES,1987),os médicos higienistas tinham uma maior preocupação, que era o cuidado da mulher e da família. “Os cuidados dos médicos higienistas visavam à puberdade da mulher, menstruação, higiene da primeira infância, e aleitamento materno” e tanto outros mais. “A atenção médica se voltava para a definição de papéis e comportamento dentro do cenário familiar. E, na (re) atualização da família à mulher cabia menção especial”.Gonçalves (1987p. 44).

“Ao final do século XIX, com a ajuda dos higienistas, a família brasileira tinha absorvido os valores típicos da sociedade burguesa. A família patriarcal rural extensa foi gradativamente sendo substituída pela família nuclear urbana que manteve a sua matriz patriarcal. Mudanças conjunturais e estruturais ocorreram paralelamente à transformação da família, como abolição da escravatura, a crescente imigração, o desenvolvimento industrial e urbano, a Proclamação da República e a emergência da classe média” (COSTA, 2006, p. 15)

Diante disso, todo processo de mudança e modernização da família foi apenas para uma minoria da população brasileira. A modernização atendia apenas às famílias que tinham a origem branca e europeia, ou seja, a “burguesia”. Já, as famílias pobres e ex-escravos foram excluídos do projeto de modernização. Nader (2011).

As famílias de ex – escravos foram vedados a ter acesso a terra pelo argumento de que não tinham educação e “inteligência” suficiente para lidar com a terra sem o comando do seu senhor. Toda política vigente era voltada apenas para a família burguesa, excluindo as famílias que tinham origem pobre. Com o fim da escravidão, as famílias pobres e de ex- escravos foram duramente excluídas da sociedade, sem trabalho, moradia e acesso a educação. Muitos permaneceram nas fazendas onde eram escravos para poder sobreviver. Os escravos libertos passaram a vender sua força de trabalho, mas com o que ganhavam não conseguiam manter suas famílias, eles eram submetidos à exploração do mercado de trabalho. Muitos tiveram suas famílias desfeitas pela escravidão Nader (2011).

Para Nader (2011), o modelo de família não era como a família nuclear. Havia muitas crianças abandonadas que eram retiradas de suas mães e postas à venda e escravizadas. Algumas conseguiam manter seus filhos, levando para trabalhar na casa onde permaneciam escravizadas, mas só podiam vê-los à noite, quando terminavam o trabalho. Essas crianças, quando chegavam à idade que não eram mais tão dependentes, eram levadas para as senzalas, sem acesso à mãe. É nesse cenário que começa a se constituir o modelo de família “pobre”. Famílias que foram, e ainda são, excluídas pela política pública e estigmatizadas pela sociedade.

2 A contribuição da mulher para a formação de novas configurações familiares.

A transformação na economia mundial nos últimos anos resultou num processo de mudança para todos os segmentos da população brasileira. E um fator de grande importância nessa mudança foi a saída da mulher para mercado de trabalho, a educação dos filhos, a impessoalidade das relações sociais, o controle da natalidade e o

enfraquecimento dos laços de parentesco são as grandes mudanças apontadas sobre a família moderna. A criação da pílula anticoncepcional trouxe uma transformação importante no âmbito familiar.

De acordo com Sarti (2010, p.21) “a mulher deixou de ter sua vida e sexualidade atadas à maternidade como um “destino” e a família torna-se reduzida no número de filhos”.

Outra expressão marcante dessas transformações ocorreu no final da década de 1960 com o crescimento do número de separações e divórcios. A religião foi perdendo sua força, não mais conseguindo segurar casamentos com relações insatisfatórias. De acordo com os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³, em 2010, o número de divórcio é maior desde 1984. A taxa geral de divórcio atingiu, em 2010, o seu maior valor, 1,8% (1,8 divórcios para cada mil pessoas de 20 anos ou mais). Desde o início da série histórica das Estatísticas do Registro Civil, em 1984, houve um acréscimo de 36,8% no número de divórcios em relação a 2009. Outra observação importante a se destacar é que o aumento dos casos de divórcios se deu, também, por conta da entrada da mulher no mercado de trabalho. Como já mencionado anteriormente, o homem é provedor da família, com a alteração no mundo do trabalho, a falta de emprego e grande número de desempregados, a mulher acaba assumindo a responsabilidade de suprir o sustento da casa e o homem perde seu papel de “chefe da família”.

Nos últimos tempos, as mulheres têm conquistado espaço muito importante no mercado de trabalho e começaram a alcançar melhores ocupações e fatias de poder no mundo todo. Hoje temos um grande número de mulheres que deixaram de ser somente esposas, donas de casa e mães, e que deixando para trás barreiras seculares, passaram a contribuir para a economia nacional. (SIMÕES, 2012).

Em tempos passados, a sociedade acreditava que o homem era o único provedor que a família era capaz de ter e a mulher a mantenedora do lar e da educação dos filhos. Ela não podia sequer pensar em ganhar dinheiro. Diante deste cenário ocorreram modificações importantes na divisão de tarefas do lar, decorrente da inserção feminina no mercado de trabalho, o tempo da mulher para o cuidado dos filhos foi diminuindo e o homem foi mudando seu espaço no interior da família, assumindo inclusive tarefas antes

³ Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira. IBGE, 2010.

tipicamente femininas. A mulher torna-se mais competente no trabalho, autônoma e competitiva, e ao mesmo tempo em que o homem aprende a ser mais cuidadoso e cuidador nas relações. (SIMÕES, 2012).

Essas alterações nos papéis sociais levaram adaptações dos homens e das mulheres, com muita dificuldade para ambas as partes, pois foi difícil para homem abandonar o papel de senhor absoluto do modelo tradicional de família, para mulher foi difícil abrir mão do papel de rainha do lar, frágil e submissa, ao qual estava secularmente acostumada, e do qual comumente angariava algumas vantagens secundárias, numa espécie de poder paralelo no mundo privado. (SIMÕES, 2012).

Para Simões (2012), as mulheres desempenham papel muito importante na manutenção da vida cotidiana do grupo familiar, exercendo além do trabalho doméstico, o preparo e manutenção dos alimentos, confecção do vestuário, a procura por preços mais baixos para as compras, na tentativa de contribuir na diminuição dos gastos. Somado a tudo isto, à mulher participa no orçamento familiar com trabalho remunerado realizado dentro ou fora do lar, o que potencializa a sobrecarga física e psíquica e os consequentes agravos à saúde da mulher. Contudo, mesmo com a vivência desses conflitos em decorrência do trabalho, dos métodos de procriação artificial e dos métodos contraceptivos, do divórcio e da possibilidade de compor novos relacionamentos amorosos, a mulher conquista o direito de poder escolher ter ou não filhos e o momento mais adequado de tê-los. Este novo papel assumido pela mulher tem repercutido na dinâmica familiar, nas questões conjugais, bem como na educação dos filhos. (SARTI, 2010).

Atualmente nos deparamos com vários novos arranjos familiares, como as famílias recasadas, famílias homoafetivas, famílias estendidas e as famílias que vivenciam o divórcio dos pais. Dessa forma, faz-se necessário refletir duas perspectivas importante: como estes novos arranjos familiares interferem na constituição do sujeito e nas relações familiares; e como a sociedade contemporânea percebe e vivência destes novos modelos de família. (SARTI, 2010).

2.1 Família e as novas configurações

Nas últimas décadas percebemos várias mudanças que a família vem sofrendo na sociedade atual. O processo de globalização da economia capitalista vem interferindo na

dinâmica e estrutura familiar e possibilitando alterações em seu padrão tradicional de organização. Assim, não podemos falar de família, mas de famílias, para que se possa contemplar a diversidade de relações que convivem na sociedade. Dessa maneira, a discussão sobre o conceito família é importante para compreensão dessa nova dinâmica familiar.

Segundo (SARTI, 2010, P.23) “falar em família na contemporaneidade implica a referência de muitas mudanças e cada dia fica mais difícil definir os contornos que a delimitam”. Para que possamos compreender essas mudanças, o conceito de família é de suma importância. Diante desse contexto, não podemos nos referir a ela como um único modelo, mas ter um olhar amplo sobre a forma de como se constitui cada família dentro do contexto social a qual está inserida.

Acompanhando os acontecimentos históricos, econômicos, sociais e demográficos acontecidos nos últimos séculos e nas últimas décadas muitas mudanças foram observadas nas condições de reprodução da população. A queda da taxa de fecundidade, o declínio no número de casamentos, o aumento de famílias onde os pais não vivem juntos, a entrada da mulher no mercado de trabalho, nas universidades e nos diversos segmentos sociais entre outros aspectos, tornam as famílias dos dias atuais bem diversificadas.

Gueiros (2002) diz que o ensino superior passou a ser tão comum entre as mulheres quanto entre aos homens, embora a participação da mulher na esfera pública esteja ligada a dificuldade econômica exigindo uma maior participação dos membros da família no orçamento doméstico. O movimento feminista contribuiu muito para uma maior participação da mulher nos espaços públicos que eram predominantes e ocupados pelos homens.

Castells (2006) ressalta três tendências que emergiram na década de 1960: “o crescimento de uma economia informacional global, mudanças tecnológicas no processo de reprodução da espécie e o impulso poderoso promovido pelas lutas da mulher e por um movimento feminista multifacetado”.

O autor apresenta alguns indícios dessa tendência tais como: a partir da década de 1990, identifica-se uma crise na família nuclear burguesa, o divórcio e a separação de casais, é o primeiro indicador de insatisfação com um modelo de família baseado no cumprimento de seus membros por um longo período. Em segundo lugar o autor coloca

a frequência com que as crises matrimoniais se sucedem, assim como a dificuldade em compatibilizar casamento, trabalho e vida, associa-se a outras tendências importantes, o adiamento da formação de casais e a formação de relacionamentos sem casamento.

Ainda de acordo com Castells (2006), diversas tendências, associadas a fatores demográficos, como envelhecimento da população e diferença da taxa de mortalidade entre os sexos faz emergir múltiplas estruturas domésticas, diluindo assim o predomínio do modelo da família burguesa. Também proliferam os lares de solteiros e os habitados por apenas um dos pais.

Sarti (2010) ressalta algumas modificações globais recente que vem refletindo de forma significativa no âmbito familiar. A família tem seu tamanho reduzido, visto que a família tinha sua formação bem numerosa e para este fenômeno verificam-se os seguintes indicadores. A PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2006), confirmou que o número médio de pessoas por família passou de 3,6 pessoas, em 1996, para 3,2 pessoas, em 2006. No Brasil, 67,6% das famílias, em 2006, eram compostas de pai, ou mãe, e filhos, independentemente da presença de outros parentes. Mas, em 1996, esse percentual era de 73,3% (IBGE, 2007). Outro aspecto marcante foi a redução do número de filhos por mulher.

Há menos mobilidade para as crianças. Atualmente há uma redução do espaço de autonomia das crianças em locais urbanos.

- A família tem ficado menos tempo juntas. Houve um aumento do número de integrantes da família que trabalham. Em relação a isto, tendências podem ser sinalizadas: as crianças ficam em creches ou escolas por mais tempo; há uma diminuição da interação entre adultos e crianças; ocorre maior interação de grupos de amigos sem que haja participação da família; um maior número de crianças fica só, sem nenhum acompanhamento de um adulto
- A família tende a ser menos estável socialmente. Este fato pode ser percebido com o declínio das uniões formais, com o aumento dos índices de divórcio e separações, assim como novas uniões. Casais se unem se desunem por diversas vezes e passam a conviver ou não, com os filhos, frutos de antigas relações conjugais e filhos que nascem de suas novas uniões. De acordo com dados da pesquisa do IBGE, Estatísticos do Registro Civil, de 1999 a 2008, observou-se no

Brasil que simultaneamente ao crescimento de nupcialidade legal, está a elevação dos recasamentos. Pesquisa ressalta que os casamentos entre cônjuges solteiros permanecem como conjunto majoritário, ainda que sua proporção venha declinando. Os recasamentos representaram, em 2008, 17,1% do total das uniões formalizadas em cartório. Em 1999, este conjunto de formalizações das uniões totalizava apenas 10,6%.

De acordo com alguns estudiosos, atualmente não podemos mais pensar em família apenas baseada nos laços consanguíneos e de parentesco, mas nas relações de afeto e cuidado. De acordo Szymanski (2002), a família é entendida como sendo “uma associação de pessoas que escolhe conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo e, se houver, com crianças e adolescente, não levando em conta para isto, a existência de laços consanguíneos ou de parentesco” .

Para Kaloustian (2005), a família é um espaço da garantia da proteção integral e da sobrevivência, independente do arranjo familiar em que se baseie. Apesar de entender a importância do cuidado dentro da família, o autor não expõe que esta instituição também possa ser violadora de direitos e protagonista dos conflitos e violências para com os seus membros.

Em contrapartida, Miotto (2002), analisa que, na atual conjuntura, existem diversas formas de organização familiar que vem se modificam continuamente com o objetivo de satisfazer as necessidades impostas pela sociedade. Segundo a autora, “o terreno sobre o qual a família se movimenta não é o da estabilidade, mas o do conflito, o da contradição” (2002 p. 120), Ou seja, para ela a família pode ser o espaço do cuidado, mas não se pode esquecer ou deixar de lado que nas relações familiares também existem o conflito e a instabilidade, sejam eles influenciados pela sociedade ou não.

Partindo do pressuposto que a família incorporou mudanças através da história, onde a idealização de felicidade não está mais vinculada necessariamente à família formada por laços consanguíneos e sim, uma associação de pessoas que escolhe conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo, a família brasileira vem incorporando diversos arranjos familiares, sendo formada não necessariamente por laços consanguíneos, ou com chefia masculina baseado na família nuclear burguesa. (KASLOW apud SZYMANSKI, 2002, p.10), cita nove tipos de composição familiar que podem ser considerada “família”:

- 1) família nuclear, incluindo duas gerações, com filhos biológicos.
- 2) família extensa, incluindo três ou quatro gerações.
- 3) família adotiva temporária (Foster)
- 4) famílias adotivas, que podem ser bi-raciais ou multiculturais.
- 5) casais
- 6) famílias monoparentais, chefiadas por pais ou mães.
- 7) casais homossexuais com ou sem crianças
- 8) famílias reconstituídas depois do divórcio
- 9) várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo”.

Diante desse contexto podemos observar o quão difícil se tornou conceituar família e seus papéis, visto o elevado número de subsistemas e a pluralidade de arranjos com que nos deparamos atualmente. Diante destes fatos, surge um grande interesse em estudar família, dado a pluralidade de arranjos familiares que diferem do modelo ideal – família nuclear composta por pai, mãe e filho – onde se tenta ‘justificar’ e ‘explicar’ este aumento de “modelos” familiares diferentes e que vem sendo colocado como ‘crise da família’ e vem provocando assombro nas diversas instâncias da sociedade. Castells (2006).

Neste sentido o autor tem o cuidado em delimitar o conceito crise da família, segundo ele refere-se apenas ao modelo patriarcal, ou seja, um modelo tradicional de família herdado pelo patriarcado – família nuclear composta pai, mãe e filho com estrutura hierárquica e uma rígida divisão de papéis e funções, caracterizada pela “autoridade e dominação” exercida pelo homem sobre toda família.

Diante de que foi contextualizado e também sinalizado por Castells (2006) podemos perceber que não há uma crise na família e nem o desaparecimento da mesma, mas uma mudança no modelo de família tradicional patriarcal. Então precisamos estar atentos ao dizer que a família está em “crise”, ainda que esteja se referindo a crise da família patriarcal descrita por Castells (2006), o que significa admitir a existência desse modelo como único.

3 Família e pobreza – algumas reflexões

Com base na análise histórica sobre as mudanças ocorridas na família, podemos perceber o quanto é difícil defini-la. O conceito do modelo de família ideal baseado na

família nuclear burguesa vem se desfazendo e para contemplar a diversidade de relações que convivem na sociedade não podemos deixar de mencionar às famílias pobres.

De acordo com Nader (2011), o Brasil vivenciou uma passagem de transição muito importante que foi a ordem escravocrata para a ordem capitalista. Essa mudança trouxe um processo de modernização muito grande para as famílias e toda sociedade. Ainda de acordo com a autora, essa passagem de transição também trouxe novas concepções de famílias.

Baseando-se no modelo de “nova família” a família nuclear burguesa de pai que trabalha fora, mãe que fica em casa cuidando dos filhos e do lar e filhos que vão à escola fazem-se necessários alguns pressupostos como: acesso trabalho, moradia e escola. Esses são os pressupostos básicos para uma vida digna, mas que não são acessíveis a todos os brasileiros. Como por exemplo, a população de pobres ex-escravos, que tinham suas famílias estigmatizadas pela sociedade como desestruturada. Dessa maneira, fica fácil de entender a difícil adequação desse modelo de família por grande parte dessa população.

Para Szymanski (2002), o modelo de família nuclear tende a representar, apenas uma parcela da população, mas, que detém poder suficiente para naturalizá-lo e o colocar na forma de ideais a serem perseguidos. Quem não se adequava era visto como desviante e com tendência a viver um sentimento de fracasso e esse problema tende a se agravar ainda mais com o processo de modernização, globalização e urbanização da sociedade. As famílias pobres sofrem com aumento da pobreza e miséria no Brasil.

De acordo com Miotto (2002), a economia adotada pelo Estado brasileiro, teve um agravamento no empobrecimento acelerado das famílias na década de 1980. Em decorrência desse modelo econômico adotado pelo Estado, houve uma grande migração do campo para cidade e também um aumento de mulheres e crianças atuando no mercado de trabalho.

O quadro de pobreza e miséria no Brasil vem nos obrigando cada vez mais a refletir sobre sua influência no social e principalmente na forma de atuação junto da família. O Brasil, nas últimas décadas tem colocado uma enorme desigualdade na distribuição de renda aumentando cada vez mais o nível de pobreza que exclui uma parcela significativa da população de acesso mínimo de dignidade e cidadania.

Para Alencar (2010), o reflexo dessa estrutura de poder, vem desvelando as desigualdades sociais e rendas das famílias, afetando as suas condições de sobrevivência e diminuindo a expectativa de superação desse estado de pobreza e forçando sua

submissão aos serviços públicos existentes. A desigualdade vem impondo sacrifício e renúncia para toda família.

O estudo apresentado pelo professor e economista (DEDECCA,2003)⁴, “mostrou que, de 1992 a 1999, os 25% mais pobres perderam 20% da renda e os 5% mais ricos perderam 10%. Estes dados levam a constatar que a defasagem salarial é maior para os pobres, o que amplia, ainda mais, a concentração de renda no Brasil”. Ainda de acordo com o estudo, Dedecca ressalta que a pobreza não pode ser definida de forma única, mas ela se evidencia quando parte da população não é capaz de gerar renda suficiente para ter acesso sustentável aos recursos básicos que garantam uma qualidade de vida digna. Estes recursos são água, saúde, educação, alimentação, moradia, renda e cidadania”.

De acordo com os dados apresentados é possível uma melhor compreensão de que as mudanças ocorridas tiveram profundas implicações na configuração familiar dos mais pobres. Mioto (2002, p120) “ressalta que as mudanças ocorridas produziram uma fragilização dos vínculos familiares e uma maior vulnerabilidade da família no contexto social. Esta vulnerabilidade apresenta o enxugamento da família (número de filhos, divórcio e separações)”. Ainda de acordo com ela a nova composição (famílias nucleares, famílias monoparentais, mulheres chefiando família e aumento de pessoas sozinhas) tende a ficarem mais vulneráveis às situações de crise, como desemprego, morte, doenças e outros.

Apesar do contexto geral do país ser marcado por desigualdade e pobreza, contribuindo na proliferação de diversas formas de se viver em família, é preciso ressaltar que apesar de suas variações, as famílias continuam sendo um lugar privilegiado de proteção e pertencimento para seus membros. Sarti (2010).

3.1 O campo estudado: Morro dos Macacos e o trabalho desenvolvido pela ONG CEACA - VILA.

A comunidade Morro dos Macacos está situada no bairro de Vila Isabel, Rio de Janeiro, e para compreender melhor a discussão a cerca da família a qual chamou minha atenção para desenvolver meu trabalho de conclusão de curso, sobre a referência familiar de crianças e adolescentes do Projeto Oficina do Saber, acreditamos ser necessário

⁴ www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2.pdf. Acesso 18/07/2013

reconstruir brevemente a constituição das favelas no Rio de Janeiro, para entendermos como este fenômeno urbano nasceu e se desenvolveu até os dias atuais.

Com a Proclamação da República e abolição da escravidão, tais mudanças causariam grandes transformações no país, tanto demográficas quanto sociais. O tumulto e a desordem foram empregados para definir a dinâmica das capitais republicana no Brasil. As elites emergentes reservavam para si a responsabilidade de salvar o país do “atraso” atribuído ao passado colonial e imperial, que é visível na aparente confusão dos espaços urbanos, povoado de ruas populosas e barulhentas, de habitações superlotadas, de epidemias que se alastravam rapidamente pelos bairros.

Diversos viajantes que passaram pelo Rio de Janeiro nessa época registraram o horror e a insalubridade da cidade. As palavras de ordem eram: modernizar, higienizar, civilizar; era preciso reformar e modernizar a cidade.

Para sanar as doenças que rapidamente se transformavam em epidemias, devido à imundície das ruas e à lotação das casas sem a mínima infraestrutura, foi dada prioridade ao combate às habitações populares, consideradas os principais focos da expansão das epidemias pela cidade.

De acordo com Marins (2006), à ambição de arrancar do seio da capital as habitações e moradores indesejados pelas elites dirigentes começou a se materializar com as medidas visando a demolição dos numerosos cortiços e estalagens, espalhados por todas as freguesias centrais do Rio de Janeiro, o que se processou sob a legitimação conferida pelo “sanitarismo”.

É diante desse contexto que se formaram as “favelas” cariocas hoje denominadas por comunidade. Por causa de uma fazenda, o Morro dos Macacos recebeu este nome. Era a Fazenda do Macaco, que pertenceu inicialmente aos jesuítas, mas depois foi confiscada pelo Marques de Pombal em favor da família real. D. Pedro I usava a fazenda para caçar. Quando ele voltou para Portugal, as terras ficaram abandonadas e foram compradas pelo Barão de Drumond, um abolicionista que em homenagem a Lei do Vente Livre, nomeou uma das principais ruas do bairro de Vila Isabel, onde fica o morro.

O Morro dos Macacos é composto por uma média de 25.000 habitantes, dos quais 17,7% na faixa etária de 10 a 19 anos e 40% crianças de 0 a 10 anos, apresentando o predomínio do sexo feminino com 51% dos habitantes. A média de qualidade de vida

desta população em relação a outras comunidades do Rio de Janeiro, numa escala de 1 é de 0,38%, apresentando um nível socioeconômico baixo, em que aproximadamente 90% dos domicílios apresentam uma renda total inferior a 4 salários mínimos. Analisando a estrutura geográfica e ambiental, o Morro dos Macacos é uma área de encosta, e com as chuvas que devastam a cidade, muitas áreas correm riscos de desabamento e famílias ficam sob perigo de morte. As informações supracitadas acima são da Defesa Civil⁵, que tem feito monitoramento na comunidade para a preservação dos moradores, tendo em vista os últimos acontecimentos.

Os deslizamentos de terras são entre muitos fatores consequenciais da degradação ambiental, das desigualdades sociais refletidas na falta de acesso à moradia, e aos serviços de saneamento básico e a falta de conscientização ambiental.

Diante desse contexto, podemos perceber que com a passagem dos séculos a situação da classe mais empobrecida não mudou muito, muitos continuam vivendo à margem da sociedade sem acesso ao básico para uma vida digna. As políticas públicas continuam ausentes para essa população. Famílias continuam sendo estigmatizadas pela sociedade e tendo seus direitos violados.

Nas últimas décadas com a implantação da política neoliberal, o Estado além de enxugar os gastos sociais também se faz ausente nas políticas públicas. Cada vez mais as ONGS têm entrado no cenário das políticas públicas para suprir a ausência do Estado.

O Centro Comunitário Lídia dos Santos – CEACA VILA⁶ fundado em 1983 é uma entidade sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal o desenvolvimento de atividades educacionais e de saúde com crianças, adolescentes e famílias das comunidades dos morros do Macaco, Pau da Bandeira, Parque Vila Isabel e adjacências situadas no bairro de Vila Isabel.

A instituição tem esse nome em homenagem a uma parteira da comunidade que foi uma figura marcante. Este sistema educacional teve início em 1978, e surgiu a partir da necessidade de um grupo de mães que tinham o propósito de solucionar o problema de assistência de seus filhos menores, que não tinham com quem ficar durante o período de trabalho das mesmas. Esta questão foi parcialmente solucionada com a criação da

⁵ SEDEC Secretária de Estado de Defesa Civil – SEDEC IN: www.rj.gov.br/web/sedec. Acesso 22/08/2013

⁶ Informações retiradas do site www.ceaca.com.br. Acesso em: 10/08/2013.

Creche Patinho Feliz, entretanto, observou-se que essas crianças após saírem da creche, frequentavam as escolas municipais do bairro em tempo parcial, o que continuava a preocupar os pais que precisavam trabalhar o dia todo. Muitas crianças, devido às várias dificuldades, evadiram-se da escola. No sentido de amenizar esta situação, em 1983, criou-se o Projeto Apoio Escolar, por iniciativa de um grupo da comunidade, que conseguiu comprar uma casa específica para este trabalho, visando oferecer atividades às crianças de 7 a 14 anos. Percebendo-se que ainda não era suficiente o trabalho realizado, pois muitos adolescentes estavam ociosos, em 1990 lideranças da comunidade passaram a reunir esforços para a criação de um trabalho voltado para os adolescentes, surgindo o Núcleo de Educação Para o Adolescente e, em 1994 o Núcleo de Educação Ambiental.

4 Pesquisa de campo e seus resultados

A pesquisa foi realizada visando entender a forma de organização das famílias das crianças e adolescentes que estão inseridos no Projeto Oficina do Saber na ONG CEACA – VILA. Com um questionário semi estruturado foram entrevistadas 20 crianças e adolescentes com idade entre 10 a 15 anos completos com o objetivo de analisar o modelo de família do grupo estudado.

Tivemos o cuidado de solicitar a autorização ao responsável legal utilizando o termo de consentimento livre e esclarecido, uma vez que o universo pesquisado tratava de crianças e adolescentes. Na sequência conheceremos seus principais resultados.

De acordo com a pesquisa 55% das crianças e adolescentes responderam morar somente com a mãe, 30% moram com pai e mãe, 10% com mãe e padrasto e 5% moram com os pais, tios avós. O que observamos é que a maior parte das crianças e adolescentes moram somente com mãe.

Analisando a história das famílias pudemos observar muitas contradições em seu núcleo. Diante disso, não podemos pensar em família apenas como único modelo, nuclear patriarcal, já que esta vem se modificando e construindo novos modelos e novas relações a partir de transformações vivenciadas pela sociedade.

De acordo com os dados acima podemos observar quatro tipos de famílias. São elas:

- Monoparental ou unilinear: quando (mulher ou homem) encontra-se sem

cônjuge, ou companheiro, e vive com uma ou várias crianças.

- Nuclear modelo formado pai, mãe e filhos.
- Alargada ou extensa: constituída por um maior número de pessoas (pode ser por afinidade ou parentesco), como tios, avós, primos...
- Reconstituída: modelo que têm por base uma nova união Exemplo: Pai separado com filho casa-se com uma mulher que também já tem um filho.

Embora o modelo de família nuclear seja o mais procurado na instituição, a pesquisa mostra que o modelo atual de famílias das crianças e adolescentes do Projeto Oficina do Saber na ONG CEACA-VILA é o modelo monoparental, onde a mãe é provedora e referência da família.

Ao apresentar dificuldade na escola a referência que as crianças e adolescentes buscam para pedir ajuda. 55% das crianças e adolescentes responderam procurar a mãe, 30% pais e mãe, 10% pai e 5% a madrasta. Diante dessa análise, podemos observar que apesar das mudanças ocorridas no cotidiano doméstico, ainda cabe à mulher a responsabilidade de suprir os cuidados com os filhos na escola.

Para conhecer mais detalhadamente o núcleo familiar das crianças e adolescente do Projeto Oficina do Saber, perguntamos a referência familiar que elas mais convivem e 45% responderam conviver mais com a mãe, 25% com pai, mãe e irmão, 10% com pai e 5% com padrasto, mãe e irmãos. A mãe aparece como referência que mais tem convívio com as crianças e adolescentes. De acordo com os dados acima podemos constatar mais uma vez, a mãe aparece como maior referência

Observamos que a mulher tem um maior destaque na referência e nos cuidado com os filhos. Apesar das mudanças explicitadas nesse trabalho, a mulher teve uma importante participação nas mudanças familiares, deixando de ser apenas a pessoa responsabilizada a ficar dentro de casa para cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos.

Sua entrada no mercado de trabalho trouxe divisão de tarefas, tornando-se mais competente no trabalho, autônoma e competitiva. Ainda que se tenha conseguido novos paradigmas às novas estruturas de família e a igualdade de papéis, é na mulher que continua recair a maior parte das funções referente à organização interna da vida familiar; o trabalho doméstico, o cuidado com as crianças e com as pessoas dependentes.

Outra pergunta importante feita na pesquisa foi o que as crianças e adolescentes consideram família e 50% responderam considerar família pai, mãe, irmãos, tios e avós, 25% responderam considerar família apenas pai e mãe, 10% mãe e 5% avós. Família para as crianças e adolescentes são os parentes próximos com os quais convivem e mantêm vínculos de afinidade e afetividade.

Diante de tantas mudanças não só na família, mas em todo meio social perguntamos também se há diálogo em casa e qual assunto eles costumam conversar com as famílias. Assim, 35% conversam sobre escola, saúde e dúvidas relacionadas a sexualidade, 30% responderam escola, saúde e amizades, 20% sobre seus medos e escola e 15% saúde e dúvidas relacionada as drogas. Diante de um mundo em constantes mudanças é de suma importância não só a família, mas toda rede discutir tais temas.

Com desenvolvimento do trabalho podemos ter uma compreensão ampla das diferentes concepções de família na sociedade. Como objetivo evidenciar a compreensão de família perguntamos para as crianças e adolescentes o que é família para eles e assim 50% das crianças e adolescentes responderam que família é amor, proteção e cuidado, 35% responderam ser união, educação e carinho e 15% confiança, proteção e esperança.

Podemos observar que o entendimento do que é família para as crianças/adolescentes do Projeto Oficina do Saber é o ambiente de convivência onde elas encontram amor, proteção, cuidado, união, educação, esperança e confiança para que possam se desenvolver.

Considerações finais

O estudo mostrou que é preciso compreender melhor as novas configurações familiares e como elas vêm se desenvolvendo na sociedade contemporânea. Com a discussão panorâmica que apresentamos sobre a família, enfatizamos as diferentes concepções que circulam na sociedade.

Diante disso, tomamos como ponto relevante para esse trabalho a concepção que temos de família: sistema relacional inserido numa diversidade de contextos e constituído por pessoas que compartilham sentimento, e valores formados por laços de interesse, solidariedade e com especificidade e funcionamentos próprios.

Através destes aspectos podemos identificar como se deu a trajetória desde a família nuclear até a família contemporânea, e as várias influências que vem através dos

fenômenos sociais, políticos, afetivos, sócio-políticos, até mesmo do avanço da tecnologia.

Embora a noção mais generalizada de família esteja relacionada à ideia de grupo que é formado por casal e seus filhos (família nuclear) tratando a família como uma concepção natural e universal, diante de tantas modificações compreendemos que a família não pode ser pensada isolada do seu contexto social e econômico.

Sendo assim, podemos observar que através da pesquisa realizada nesse trabalho, o modelo de família padrão “família nuclear” não é predominante na instituição onde crianças e adolescentes estão inserido.

Outro ponto importante a ser destacado nesse trabalho é papel da mulher, que marcou e tem tido muitas mudanças no âmbito familiar. A pesquisa mostra de forma bem ampla um importante destaque onde ela torna-se mais solicitada diante das questões relacionada à referência e demandas básicas no âmbito doméstico. Com isto, é de suma importância fazer uma análise de que famílias estamos falando ou trabalhando, para não padronizar em algum perfil. É necessário um olhar crítico analisando as relações de totalidade levando em consideração as determinações históricas para não culpabilizá-las das questões que são sociais. Independente da configuração, a família exerce um papel fundamental na vida de um indivíduo, onde mesmo com esta diversidade o afeto, o apoio, o sentimento e a dedicação não mudam, o importante é que ela exista.

Referência Bibliográfica

ALENCAR, M.M.T. In: SALES, M.A.; MATOS, M.C.M. e LEAL, M.C. (org). **“Transformações econômicas e sociais no Brasil nos anos de 1990 e seu impacto no âmbito familiar”**. Política Social, família e juventude. 6 ed São Paulo: Cortez, 2010.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman 2 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BORGES, C.C **“Recriando vínculos familiares: jovens e intergeracionais na contemporaneidade”**. 2006. 161f. Dissertação (Mestrado), UFRJ/IP/ Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia da Comunidades e Ecologia Social, 2006.

CASTELLS, M. (2006). **O poder da identidade. A era da informação: Economia, sociedade e cultura**. Vol. 2. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, E.A.C. Fragmento extraído do trabalho de conclusão de curso intitulado Curso de especialização em gestão solidária para as organizações sociais **“O sentido de família na contemporaneidade e as políticas sociais”**. Universidade Católica de Pernambuco, 2006.

GONÇALVES, M. A. Exposto, roda e mulheres: a lógica da ambiguidade médico higienista. In: Almeida A.M (org). **Pensando a família no Brasil; da colônia a modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo: UFRJ 1987.

GUEIROS, D. A. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. In: **Serviço Social e Sociedade**. N. 71, ano XXIII, São Paulo: Cortez, p. 103-121, Set 2002.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira**, 2010.

MIOTO. R.C.T. “Novas proposta e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar”. **Política social, família e juventude: Uma questão de direitos**. Cortes, 6. ed., 2010.

_____. Família e Serviço Social – contribuições para o debate. In: **Serviço Social e Sociedade** nº55; 1ª edição. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Trabalho com Famílias: um desafio para os Assistentes Sociais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 3, Disponível em: www.ambito-juridico.com.br dez. 2004. Acesso 28/09/2013

NEDER, G. “Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil”. In: KOLOUSTIAN, S. M. (org.) **Família brasileira a base de Tudo**. São Paulo/Brasília:Cortez/ UNICEF, 2011.

PEREIRA, P.A.P.In: SALES,M.A.; MATOS,M.C.M. e LEAL,M.C. (org) “Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar”. **Política social, família e juventude: Uma questão de direitos**. Cortez, 6. ed. 2010.

RIBEIRO, F.S. **Família “tem que ter pai e mãe”:** representações sociais de família por crianças na cidade de Recife”. 2011.120f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2011.

SAMARA, E.M. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: ALMEIDA, A.M (org) **Pensando a família no Brasil; da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo: UFRJ 1987.

SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo de mudança. In: **Serviço Social e Sociedade**. Ano XXIII, nº 71; p.10-22 Cortez, 2002

SARTI, C.A. In: ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.F. (Orgs). “Família enredada”. **Família, rede laços e políticas públicas**. São Paulo: 5 Ed. Editora Cortez;IEE/ PUC-SP,2010.

_____ **A Família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 5ª ed. - São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA,J.K.A e ZACARON. S.S. Fragmento extraído do trabalho de conclusão de curso intitulado “**Família e homossexualidade: Uma leitura contemporânea acerca dos direitos sociais**”. Faculdade de Serviço Social Universidade Federal de Juiz de Fora, 2004.

SIMÕES. F. I. S. Mulher, mercado de trabalho e as configurações familiares do século XX. **Revista Vozes dos Vales da UFVJM**: Publicações Acadêmicas – MG – Brasil – Nº 02 – Ano I – 10/2012. www.ufvjm.edu.br/vozes. Acesso 15/06/2013